

RESUMO DO ARTIGO:

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NO ESTADO DE SÃO PAULO: AGRICULTURA DE PROXIMIDADE EM QUESTÃO

Edison Shimokado Filho, nº USP: 7605309

A análise sobre a implantação do PAA permite revelar modificações das lógicas produtivas e alimentares das famílias assentadas. O artigo em questão examina também os efeitos do programa sobre os que estão sendo beneficiados com a distribuição dos alimentos.

Desde os anos de 1960, é possível caracterizar as políticas públicas no âmbito agroalimentar em termos de seu referencial de modernização da agricultura. No período de ditadura militar entre 1964 e 1984, a política autoritária visou favorecer a integração da agricultura nos circuitos industriais e financeiros. A partir dos anos 80 ocorre um ajuste da ação pública para a agricultura, que passa cada vez mais a ter um referencial de mercado, a partir de uma visão liberal do comércio agrícola e do papel do Estado. Tratando-se de um período de transição democrática, a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a partir de 1995, pode ser considerada como uma inovação que mostra uma certa permeabilidade do Estado aos clamores dos movimentos sociais.

Deve se destacar mais recentemente a emergência do referencial de sustentabilidade no domínio agroalimentar, com sua orientação se afastando intensamente dos princípios mercantis, o que suscita muita tensão diante do referencial predominante de mercado. As ideias de circuitos curtos de proximidade (CCP) podem ser tomados como um enunciado deste referencial de sustentabilidade no âmbito agroalimentar. Os CCPs podem ser estudados em quatro pilares: 1. sociedade; 2. meio-ambiente; 3. economia; 4. produtos.

1. O primeiro pilar é fundado sobre a vontade de assegurar um acesso mais equilibrado aos alimentos, de aumentar a solidariedade entre os cidadãos, de encorajar a tomada compartilhada de decisão e de suprimir pressões corporativas;

2. O segundo pilar se refere ao desejo de preservação da biodiversidade, da qualidade da água e dos solos;

3. O terceiro pilar se associa à promoção da ética (graças à propagação de um quadro de interação mais justo e transparente) e da autonomia em relação ao modelo industrial (com vistas, em primeiro lugar, a favorecer um modo de vida saudável e viável; em segundo lugar, a aumentar o valor agregado retido com os produtores; em terceiro lugar, a incentivar a negociação de preços justos e, enfim, melhor regular a concorrência);

4. O quarto pilar, dos produtos, se ancora na vontade de aumentar a oferta de produtos frescos e saudáveis (sem contaminantes, aditivos e tratamentos químicos), defendendo as tradições dos territórios, visando melhorar a saúde pública e o acesso aos alimentos para as famílias mais carentes.

Levando-se em consideração que o ponto de partida do estudo está relacionado à multifuncionalidade da agricultura, as pesquisas que originaram o artigo tomaram em conta dimensões em torno da geração de renda, segurança alimentar, vitalidade do tecido social rural e preservação ambiental. Assim, os dados obtidos e as análises realizadas a partir da multifuncionalidade da agricultura se mostraram muito apropriados para efetuar uma avaliação do PAA sob as luzes do referencial de circuitos curtos de proximidade. O PAA pode ser caracterizado como uma diversificação do apoio público à agricultura familiar, concebido para favorecer a comercialização de seus produtos. Esse programa se afasta das lógicas do Pronaf, principal dispositivo de sustentação da agricultura familiar, cuja orientação predominante é de tipo modernizador.

Quanto aos assentamentos estudados, aquele Milton Santos se estende por 104 hectares perto de grandes aglomerações da região metropolitana de Campinas. É composto por 68 famílias, dispoendo cada uma de parcela de um hectare. A área restante é destinada à instalação de equipamentos coletivos e à proteção da natureza, considerando as áreas de preservação permanente (APP) e a reserva legal, como previsto no Código Florestal.

Esse assentamento é fruto de uma mudança de estratégia por parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), consistindo em privilegiar a obtenção de terras dotadas de melhor infraestrutura para a instalação dos agricultores, em particular aquelas situadas perto dos centros urbanos. Designada como “Comuna da Terra”, tal concepção no seio do movimento prescreve que esses assentamentos, situando-se em zonas próximas das grandes aglomerações urbanas, devem reunir famílias oriundas das grandes cidades, cujos projetos produtivos devem ser fundados na cooperação e na agroecologia e cujo acesso às terras deve ser coletivo.

O MST foi essencial para a instalação do assentamento Milton Santos, no final de 2005, em período no qual ocorre o Dia da Consciência Negra (20 de novembro), o que explica a escolha de seu nome. Nos anos de 1970, as terras do assentamento em estudo foram incorporadas ao patrimônio público em razão de dívidas dos proprietários junto ao tesouro público. Mas apesar de pertencer ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), as terras continuaram a ser exploradas ilegalmente pela Usina Esther, de produção de açúcar e álcool. Graças à pressão do movimento social, elas foram transferidas para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com vistas à instalação do assentamento.

Quanto às visões dos assentados, é possível inicialmente identificar seu amplo desconhecimento em relação à categoria PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), categoria do INCRA na qual o assentamento se inscreve. Tal fenômeno é vinculado certamente a uma negligência do INCRA em termos da difusão de suas propostas no assentamento. De toda a forma, as famílias se apoiam sobre uma postura ecológica e sobre a diversificação de sua produção alimentar para justificar a implantação do assentamento diante do amplo domínio local da monocultura de cana-de-açúcar.

No Pontal do Paranapanema, recentemente, a expansão regional da cana-de-açúcar, financiada por sucessivos governos, provocou a conversão de grandes áreas de pastagens em monocultivo canavieiro destinado sobretudo à produção de agrocombustível. Uma parte dos agricultores assentados na região é atraída por esse tipo de produção, o que enfraquece os argumentos em favor da instalação de assentamentos, fundados em grande medida na defesa de uma produção alimentar. Em razão do poder em torno desta produção canavieira e das dificuldades relativas à consolidação dos assentamentos, o programa de reforma agrária do Pontal se encontra paralisado.

Neste quadro, é pertinente levar em consideração os impactos provocados por um programa inovador de ação pública, como o PAA, a partir do referencial dos circuitos curtos de proximidade. Essa noção foi fértil e operacional para construir uma análise multidimensional do programa em questão, particularmente no que se refere ao seu dispositivo de Compra Direta da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (DS-PAA).

Com o DS-PAA, há uma mudança no seio dos estabelecimentos familiares do Pontal, graças notadamente ao reforço do papel desempenhado pelas mulheres na produção, pois são elas que cuidam dos jardins e dos cultivos alimentares, muitos valorizados pelo PAA. Elas participaram ativamente das ações para que o acesso ao programa se efetivasse. Não é sempre certo que esse tipo de modificação no nível da lógica produtiva atinja a distribuição de papéis na família. No entanto, é possível pensar que, na medida em que o trabalho feminino é mais bem remunerado e mais evidenciado, tal fenômeno pode reforçar a participação das mulheres no processo de tomada de decisão em torno das escolhas produtivas e comerciais.

O PAA tem uma orientação favorável aos circuitos locais de abastecimento alimentar. Assegurando uma estabilidade para a produção, o PAA contribui também a uma multiplicação das vias de comercialização, notadamente em termos de experiências de venda direta, no próprio assentamento ou em forma de entrega a consumidores próximos, como foi possível observar no assentamento Milton Santos. A intensificação das relações com os vizinhos favorece igualmente a superação de um olhar negativo dirigido aos assentados (associado à imagem dos sem-terra veiculada pela grande mídia). Ademais, o PAA contribui com a preservação da motivação que levou as famílias a se engajar no movimento por conquista de terras. Assim, o programa mantém acesa a perspectiva de reconstrução de um projeto de vida familiar mais estável e mais saudável, fundado sobre o trabalho na agricultura.

Garantindo renda para os assentados, o PAA desempenha um papel preponderante para a concepção, nas palavras de todos os nossos interlocutores do assentamento Milton Santos, de planos de investimentos no sistema produtivo dos lotes, o que permitiria a transformação constante do assentamento em lugar de vida e trabalho agradável e saudável. Essa perspectiva favorece a construção de um discurso de diferenciação e de legitimação da maneira de praticar a agricultura neste assentamento em

comparação com a monocultura de cana-de-açúcar. Esta última é considerada como um contra-modelo radical para o desenvolvimento local, em razão, notadamente, do uso intensivo de agrotóxicos e do desrespeito das áreas de preservação ambiental. Assim, nossos interlocutores do PDS Milton Santos apresentam suas agriculturas como mais respeitadas ao meio-ambiente, respondendo ainda às necessidades alimentares da população. A geração de renda e a estabilidade econômica são centrais para os assentados. Dessa forma, é intenso o desejo das famílias assentadas de assegurar suas necessidades a partir dos ganhos obtidos no próprio estabelecimento familiar.

Convém salientar que a diminuição da dependência do Programa Bolsa Família (PBF) constitui outro fenômeno importante provocado pela adesão ao DS-PAA. A renda obtida com as vendas dos produtos alimentares graças a esse dispositivo permite aos agricultores interrogados nos assentamentos do Pontal do Paranapanema conceber a saída do programa de amparo às famílias em dificuldade. De fato, não são poucas as famílias que se beneficiam do PBF nos assentamentos estudados no Pontal. Portanto, o PAA oferece uma solução de renda oriunda da produção no lugar de um benefício da assistência social.

A variedade de produtos, frequentemente associada à sazonalidade, favorece o consumo de alimentos típicos dos hábitos alimentares regionais, cada vez mais negligenciados em razão do crescimento da alimentação industrial. Os produtos distribuídos, conforme a lógica do PAA, encorajam uma diversificação do consumo alimentar das famílias em dificuldade. Dessa maneira, a alimentação de uma camada importante da população do Pontal se enriquece, incorporando principalmente legumes, verduras e frutas.

Como conclusão, o DS-PAA difunde uma série de princípios reunidos no referencial de CCP, notadamente no que diz respeito a uma incitação em prol de laços de solidariedade entre produtor e consumidor, permitindo a melhora da alimentação das famílias beneficiadas pelo Programa. É possível identificar assim um processo embrionário de reconhecimento por parte da população vulnerável do importante papel da atividade agrícola local, o que converge para a reafirmação dos ideais dos assentados em desenvolver suas agriculturas alimentares. Esse dispositivo de política pública contribui igualmente com o aumento da renda dos agricultores, a partir notadamente da adoção de sistemas produtivos diversificados e da incorporação de práticas agroecológicas. Enfim, uma fragilidade pode ser constatada no PAA no que se refere particularmente a sua pouca sinergia com outros programas destinados a sustentar a agricultura familiar, caso especialmente daqueles de créditos e assistência técnica. Assim, é possível observar uma certa cacofonia em termos das ações em vista do desenvolvimento da agricultura familiar. Seja como for, podemos também constatar uma renovação das motivações e das energias nas famílias assentadas graças ao PAA, permitindo reforçar o componente agrícola em seus projetos de reconstrução de vida.